

Demonstrações Financeiras

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

30 de junho de 2026
com Relatório do Auditor Independente

Índice

Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	4
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

A Sem Parar Instituição de Pagamentos Ltda. (“Instituição” ou “Sem Parar”) é uma instituição financeira enquadrada no segmento S5, optante pelo regime prudencial simplificado, no âmbito da Resolução CMN nº 5.177/24 e nº 4.606/17. Tem por objeto a prestação de serviços de integração, operação e manutenção de infraestrutura para emissão, tarifação, distribuição, fornecimento, implantação e administração de um centro de gestão de meios de pagamento e instrumentos de pagamentos, inclusive cartões de crédito, em território nacional.

O grupo entendeu que a inclusão de uma entidade financeira poderia trazer maior valor agregado aos seus clientes, pela redução de custo e utilização sistemática de cobranças simplificada.

Em 18 de fevereiro de 2025, a Instituição teve sua aprovação junto ao Banco Central do Brasil para iniciar suas operações como Instituição Financeira.

A Sem Parar segue os padrões definidos pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) e pela legislação aplicável às Sociedades Limitadas para divulgação dos seus resultados contábeis. Agradecemos a confiança de todos os nossos clientes e dos nossos colaboradores que não medem esforços para o sucesso da Instituição.

São Paulo, 28 de agosto de 2026.

A Diretoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda. (“Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Shape the future
with confidence

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Shape the future
with confidence

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Renato Nantes
Contador CRC-1RJ115529/O-7

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Balanço patrimonial

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota		
	Explicativa	30/06/2026	31/12/2025
Ativo			
Circulante			
Disponibilidade	4	2.632.003	2.094.164
Instrumentos financeiros		2.563.910	2.454.476
Ao custo amortizado			
Títulos e valores mobiliários	5	171.366	163.187
Contas a receber de clientes	6	2.250.740	2.097.490
Transações com partes relacionadas	16	141.804	193.799
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(102.695)	(95.488)
Ativos não financeiros		132.875	127.794
Impostos a recuperar	8	132.875	127.794
Outros ativos no curto prazo		112.327	227.841
Estoque		68.935	75.323
Despesas antecipadas		27.855	23.973
Outros créditos		15.537	128.545
Total do ativo circulante		5.338.420	4.808.787
Não circulante			
Ativos não financeiros			
Imposto diferido	9a	78.439	56.693
Outros ativos no longo prazo		28.729	32.440
Depósitos judiciais		11.472	9.247
Despesas antecipadas		16.710	22.649
Outras contas a receber		547	544
Participação em controladas e coligadas	10	2.688.566	2.053.702
Ativo imobilizado	12	101.514	110.729
Investimentos		2.862.644	2.913.204
Ágio	11	2.071.566	2.071.566
Intangível	13	791.078	841.638
Total do ativo não circulante		5.759.892	5.166.768
Total do ativo		11.098.312	9.975.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Balço patrimonial

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota explicativa	30/06/2026	31/12/2025
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Passivo financeiro		2.614.383	2.374.835
Ao custo amortizado			
Fornecedores		124.898	94.182
Repasse a conveniados	14	2.254.653	2.039.884
Obrigação por arrendamento		2.441	2.222
Outras contas a pagar		11.688	12.886
Adiantamento de clientes	15	220.703	225.661
Passivo não financeiros		501.398	443.198
Impostos a recolher	9	213.562	160.704
Salários e encargos sociais		52.955	47.613
Juros sobre capital próprio	18	234.881	234.881
Total do passivo circulante		3.115.781	2.818.033
Não circulante			
Passivo financeiro		1.328.618	1.300.412
Transações com partes relacionadas	16	1.309.214	1.279.720
Obrigações por arrendamento		19.404	20.692
Passivo não financeiro		734.506	692.194
Provisão para demandas judiciais	17	13.850	11.306
Impostos diferidos	9a	719.857	678.706
Outras contas a pagar		799	2.182
Total do passivo não circulante		2.063.124	1.992.606
Patrimônio líquido			
Capital social	19.b	4.691.252	3.201.252
Aumento de capital	19.b	-	1.490.000
Reservas de capital	19.c	93.511	93.511
Reservas de lucros	19.d	1.134.644	380.153
Total do patrimônio líquido		5.919.407	5.164.916
Total do passivo e patrimônio líquido		11.098.312	9.975.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota explicativa	30/06/2026	30/06/2025
Receita de intermediação financeira		204.879	131.468
Rendimento das aplicações financeiras	20	142.645	76.040
Juros sobre atrasos e contas a receber	20	58.149	48.879
Outras receitas financeiras	20	4.085	6.549
Despesa de intermediação financeira		(83.115)	(211.615)
Despesas financeiras	20	(83.115)	(211.615)
Resultado bruto da intermediação financeira		121.764	(80.147)
Outras receitas e despesas operacionais		1.027.488	834.993
Receita líquida de serviços e materiais vendidos	21	1.411.731	1.286.873
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	22	(9.857)	(58.693)
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	22	(257.573)	(229.954)
Despesas comerciais	22	(167.070)	(141.571)
Despesas administrativas e gerais	22	(155.231)	(193.410)
Resultado de equivalência patrimonial	10	42.422	38.073
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	163.066	133.675
Resultado operacional		1.149.252	754.846
Lucro antes da tributação sobre o lucro		1.149.252	754.846
Imposto de Renda e Contribuição Social		(379.761)	(192.572)
Correntes	9.b	(360.357)	(164.094)
Diferidos	9.b	(19.404)	(28.478)
Lucro líquido do semestre		769.491	562.274
Nº de ações		469.125.168	201.634.803
Lucro líquido por ação - R\$		1,640	2,789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Resultado líquido do semestre	769.491	562.274
Outros resultados abrangentes		-
Resultado abrangente do semestre	<u>769.491</u>	<u>562.274</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota explicativa	Capital social	Aumento capital	deReservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.016.348	-	65.925	689.447	-	2.771.720
Ajuste de adoção inicial Resolução BCB no 352/23 - SCD	19 a	-	-	-	-	(24.745)	(24.745)
Saldos em 1 de janeiro de 2025		2.016.348	-	65.925	689.447	(24.745)	2.746.975
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	562.274	562.274
Juros sobre o capital próprio	18	-	-	-	(38.170)	-	(38.170)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	537.529	(537.529)	-
Saldos em 30 de junho de 2025		2.016.348	-	65.925	1.188.806	-	3.271.079
Aumento de capital social	19 b	-	1.338.556	-	-	-	1.338.556
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	656.483	656.483
Juros sobre o capital próprio	18	-	151.444	-	-	(276.330)	(124.886)
Plano de compensação baseado em ações	28	-	-	27.586	-	-	27.586
Reserva de retenção de lucros	19 b	1.184.904	-	-	(808.653)	(380.153)	(3.902)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		3.201.252	1.490.000	93.511	380.153	-	5.164.916
Aumento de capital social	19 b	1.490.000	(1.490.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	769.491	769.491
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	769.491	(769.491)	-
Dividendos	19 e	-	-	-	(15.000)	-	(15.000)
Saldos em 30 de junho de 2026		4.691.252	-	93.511	1.134.644	-	5.919.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Semestre findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	30/06/2026	30/06/2025
	Explicativa		
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre		769.491	562.274
Ajustado por:			
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	9b	379.761	192.572
Depreciação do imobilizado	22	22.635	20.498
Depreciação do direito de uso - arrendamentos	22	1.094	1.167
Amortização de intangível	22	106.184	99.654
Custo residual do imobilizado e intangível baixados	22	474	144
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	7.207	20.012
Provisão (reversão) para demandas judiciais	17	2.599	305
Juros de empréstimos com partes relacionadas	16	75.805	155.241
Resultado de equivalência patrimonial	10	(42.422)	(38.073)
		1.322.828	1.013.794
(Aumento) redução nos ativos:			
Aplicações financeiras e títulos do tesouro		(8.179)	(32.944)
Contas a receber de clientes		(153.250)	(181.137)
Estoque		6.388	(5.630)
Outros ativos		159.749	(79.080)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores		30.715	(33.477)
Repasse aos conveniados		214.770	157.604
Adiantamento de clientes		(4.958)	65.392
Impostos a recolher		(54.821)	(30.923)
Pagamento para demandas judiciais	17	(55)	(265)
Juros sobre capital próprio a pagar		-	(5.726)
Outros passivos		1.698	21.301
		1.514.885	888.909
Imposto de renda e contribuição social pagos		(252.679)	(68.201)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.262.206	820.708
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	12	(13.858)	(27.370)
Aquisição de intangível	13	(56.755)	(59.173)
Aumento de capital em controladas e coligadas	10	(600.000)	(960.829)
Investimento Zapay (amortização de aquisição)	10	7.558	7.558
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(663.055)	(1.039.814)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos com partes relacionadas	16	(46.312)	(4.637)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(15.000)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(61.312)	(4.637)
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa		537.839	(223.743)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		2.094.164	1.578.512
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	4	2.632.003	1.354.769
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa		537.839	(223.743)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Sem Parar Instituição de Pagamentos Ltda. (“Instituição” ou “Sem Parar”), com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 7.221 - Pinheiros, São Paulo, estado de São Paulo, é uma instituição financeira enquadrada no segmento S5, optante pelo regime prudencial simplificado, no âmbito da Resolução CMN nº 4.606/17, e que tem por objeto a prestação de serviços de integração, operação e manutenção de infraestrutura para emissão, tarifação, distribuição, fornecimento, implantação e administração de um centro de gestão de meios de pagamento e instrumentos de pagamentos, inclusive cartões de crédito, em território nacional, com o objetivo de: (i) prestar serviços de (a) arrecadação, agenciamento, intermediação de pagamento de serviços, bem como de instituidor de pagamento, (b) correspondente de instituições financeiras, (c) aporte ou saque de recursos mantidos em contas de pagamento, (d) execução ou facilitação de instrução de pagamentos relacionada a determinado serviço de pagamento, (e) gestão de contas de pagamento, a emissão de instrumentos de pagamento, a execução de remessa de fundos, a conversão de moeda física ou escritural em eletrônica (ou vice-versa), e (f) outras atividades relacionadas a prestação de serviço de pagamento ou produtos de outras sociedades e/ou atividades; (ii) viabilizar o pagamento automático de pedágio e estacionamento, assegurando para tanto, a integração necessária à interoperabilidade do sistema automático de pedágio e exploração de atividades afins, quais sejam, aquelas relacionadas da capacidade de armazenamento e processamento de dados em etiquetas eletrônicas para identificação de veículo e todos os outros negócios gerados por este sistema; (iii) prestar serviços de estipulante de seguros; (iv) prestar serviços de desenvolvimento de programas de computador relacionadas de operação das atividades acima mencionadas; (v) prestar serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; (vi) prestar serviços de manutenção de sistemas, insumos e equipamentos, nacionais e importados, em todo território nacional e (vii) desenvolvimento, implementação, gestão e operação de infraestrutura de plataformas tecnológicas, softwares e aplicativos, bem como o seu licenciamento na modalidade Software as a Service (SaaS) permitindo a oferta de funcionalidades integradas e acessíveis exclusivamente via ambiente digital. Para tanto, poderá exercer as seguintes atividades, além de outras necessárias ao fiel cumprimento de seu objeto social: a) a prestação de serviços de atendimento ao usuário; b) aquisição, importação, locação, distribuição ou comercialização de etiquetas eletrônicas; c) emissão de vale alimentação, vale transporte e similares; d) atividade de teleatendimento; e) consultoria em tecnologia da informação; f) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador; g) controle de acesso, logístico e monitoramento eletrônico de bens ou pessoas; h) análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza; i) prestação de serviços a outras sociedades; j) participação no capital de outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista; k) comércio varejista de livros, em especial em formato eletrônico, seja por escrito (e-book) ou falado (audiolivro); l) comércio varejista de jornais e revistas; m) prestação de serviços de estipulantes de seguros; e n) prestação de serviços de alerta e monitoramento de débitos veiculares.

A controladora final da Instituição é a Corpay Inc., com sede nos Estados Unidos.

A Instituição opera o sistema “Sem Parar” por meio de contratos firmados com concessionárias de rodovias, estacionamento, *drive-thrus* (McDonald’s, Habib’s, Ragazzo, Jeronimo e Pizza Hut) e postos de combustível estando presente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Pernambuco, Santa Catarina, Goiás, Alagoas, Pará e Distrito Federal.

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional--Continuação

Os contratos firmados com as concessionárias, estacionamentos e postos de combustível vigoram por prazo indeterminado.

Os valores referentes a pedágios são repassados às concessionárias em quatro dias úteis após o vencimento das faturas para os usuários da modalidade débito em conta corrente e trinta dias da data de passagem para os usuários da modalidade cartão de crédito. Os valores registrados nos estacionamentos, postos de combustível e *drive-thrus* são repassados por meio de depósitos diários em conta corrente específica, nos prazos acordados com cada conveniado.

Parte substancial da receita da Instituição é oriunda das mensalidades cobradas dos usuários.

Em 18 de fevereiro de 2025, a Instituição teve sua aprovação junto ao Banco Central do Brasil para iniciar suas operações como Instituição Financeira.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Em 28 de agosto de 2026, a diretoria da Instituição autorizou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

2.1. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela lei das Sociedade por Ações nº 6.404/76, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observâncias às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil ("BACEN") Resolução BCB 02/2020, CMN nº 4.818/20 e do Comitê dos Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando aplicável, e partindo do pressuposto de continuidade operacional.

Em 23 de novembro de 2023, o BACEN publicou a Resolução BCB nº 352/23, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a qual define critérios específicos para reconhecimento, mensuração e provisão de risco de crédito para instrumentos financeiros.

Em 12 de junho de 2024, o BACEN publicou a Resolução BCB 391/24, a qual dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil. Conforme art.2 as instituições mencionadas no § 1º devem observar o CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Base de apresentação--Continuação

b) Continuidade operacional

A administração da Instituição não identificou na avaliação da continuidade das operações, riscos que coloquem incerteza em suas atividades.

c) Moeda funcional

A moeda funcional da Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Todas as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

A liquidação de transações envolvendo estas estimativas podem resultar em valores significativamente diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às incertezas inerentes ao processo de estimativa. A Instituição revisa suas estimativas e premissas, no mínimo, em bases anuais.

2.2. Plano de incentivo baseado em ações

A controladora do grupo - Corpay Inc. - oferece a alguns profissionais da Instituição plano de opções de ações. As opções de ações são concedidas com um preço de exercício igual ao valor justo de mercado na data da concessão, conforme autorizado pelo conselho de administração da controladora do grupo. As concessões de opções de compra de ações estão sujeitas à perda de direito caso o emprego termine antes da titularidade.

A controladora do grupo utiliza o modelo de preço de opção Black-Scholes para estimar o valor justo da data de concessão da opção de compra de ações. O custo do incentivo baseado em ações é medido na data da concessão com base no valor da concessão e é reconhecido como despesa durante o período de serviço requerido com base no número de anos durante os quais se espera que o serviço requerido seja prestado.

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Plano de incentivo baseado em ações--Continuação

As concessões de ações são independentes das concessões de opções de compra de ações e estão sujeitas à perda de direito caso o emprego termine antes da concessão. A aquisição de direitos de ações concedidas é geralmente baseada na passagem do tempo, desempenho ou condições de mercado, ou uma combinação destes. As ações concedidas com base na passagem do tempo têm cláusulas de aquisição de direitos de um a quatro anos. O valor justo das ações em que as ações são concedidas com base na passagem do tempo ou no desempenho é baseado no valor justo à data de concessão das ações. O valor justo das unidades de ações concedidas com condições de aquisição baseadas no mercado é estimado utilizando o modelo de avaliação de simulação Monte Carlo. A taxa de juros sem risco e as premissas de volatilidade utilizadas no modelo de avaliação com simulação Monte Carlo são calculadas consistentemente com aquelas aplicadas no modelo de precificação de opções Black-Scholes utilizado na determinação do valor justo da concessão de opções de ações.

Por tratar-se de transação com pagamento baseado em ações entre entidades do mesmo grupo, a Instituição, que é a entidade beneficiária dos produtos ou serviços sob gestão dos executivos elegíveis ao plano, mensura e reconhece os efeitos do plano baseado em ações como liquidado em instrumentos patrimoniais, uma vez que não tem qualquer obrigação de liquidar a transação com pagamento baseado em ações, tendo constituído correspondente reserva no patrimônio líquido para fazer face a essa obrigação.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vida útil do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, e/ou realizável, análise do teste de *impairment* sobre o ágio (realizada anualmente ou em período inferior quando da existência de indicativo de redução do valor de realização), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisão para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Instituição revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Classificação circulante e não circulante

A Instituição apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- (ii) For mantido principalmente para negociação;
- (iii) Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação;
- (iv) Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- (ii) For mantido principalmente para negociação;
- (iii) Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- (iv) Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

A Instituição classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no não circulante.

3.2. Disponibilidade

São representadas por disponibilidade em moeda nacional e aplicações financeiras de liquidez, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos até a data de encerramento do balanço.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Contas a receber de clientes e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A partir de 01 de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966, conforme o artigo 1º, essa Resolução estabelece os conceitos e os critérios a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

A provisão é realizada utilizando a metodologia simplificada e se enquadra nos critérios estabelecidos para a carteira C5, prevista nas Resoluções CMN 4.966/21 e BCB 352/23.

O processo de cálculo ocorre mensalmente, para fins de contabilização das provisões, avaliando todas as disposições e níveis mínimos de provisão para perdas incorridas e perdas esperadas contidos nas referidas resoluções e acréscimo de níveis de provisionamento interno, a fim de garantir compatibilidade com o risco incorrido.

O ativo problemático é caracterizado quando ocorrer o atraso de 90 dias em relação a recuperação de crédito, e o ativo só poderá ser descaracterizado quando houver inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos; pagamento tempestivo de principal e encargos; e cumprimento das demais obrigações contratuais (por período suficiente a 30 dias). A partir de 90 dias de atraso, o reconhecimento de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito é vedada (*stop accrual*).

Abaixo a tabela com os % utilizados para o cálculo das provisões:

Faixa de atraso	Ativo não problemático	Ativo problemático
1 a 14 dias	1,9%	53,4%
15 a 30 dias	39,4%	53,4%
31 a 60 dias	54,7%	54,7%
61 a 90 dias	65,9%	65,9%
91 a 119 dias	74,1%	74,1%
120 a 149 dias	76,0%	76,0%
150 a 179 dias	82,0%	82,0%
180 a 209 dias	87,3%	87,3%
210 a 239 dias	89,1%	89,1%
240 a 269 dias	93,0%	93,0%
270 a 299 dias	95,1%	95,1%
300 a 329 dias	100,0%	100,0%
330 a 359 dias	100,0%	100,0%

As operações com atraso superior a 360 dias serão lançadas a prejuízo e controladas em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.4. Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços e produtos no curso normal das atividades da Instituição. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Instituição reconhece uma receita quando os seguintes critérios são satisfeitos:

- (i) Identificação de um contrato com o cliente;
- (ii) Determinação das obrigações de desempenho;
- (iii) Determinação do preço da transação;
- (iv) Alocação do preço da transação;
- (v) Reconhecimento da receita em um determinado momento ou em um período de tempo, conforme atendimento das obrigações de desempenho.

Prestação de serviços

A Instituição atua na prestação de serviços de implantação e administração de um centro de gestão de meios de pagamento em território nacional, na arrecadação, agenciamento e intermediação de pagamentos de serviços e produtos de outras sociedades, cujos tópicos relacionados a: reconhecimento da prestação de serviços mediante atendimento da obrigação de desempenho, reconhecimento de adiantamentos recebidos de clientes e contraprestação variável.

A Instituição concluiu que deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) satisfaça a obrigação de desempenho, ou seja, um serviço, prometido ao cliente. O serviço é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente utilizar os serviços. Adicionalmente, a taxa de administração é reconhecida durante o prazo de prestação do serviço.

Vendas de produtos

A Instituição alterou seu objeto social em 25 de agosto de 2020 para, além da prestação de serviços, também atuar no segmento de comércio varejista de livros, em especial em formato eletrônico, seja por escrito (e-book) ou falado (audiolivro) bem como venda de jornais e revistas.

A partir de outubro de 2020, a Instituição passou a oferecer como parte de seu portfólio o serviço de venda de audiolivros aos seus clientes do segmento B2C, por meio de uma plataforma digital, sem que haja a cobrança de qualquer valor adicional em relação à mensalidade atualmente cobrada pelo plano utilizado pelos clientes da Sem Parar, cuja mensalidade foi, neste caso, reconfigurada. Ainda, a receita operacional advinda da venda de audiolivros é reconhecida na linha de Receita de venda de mercadorias.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.4. Reconhecimento de receitas--Continuação

A Instituição concluiu que deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) satisfaça a obrigação de desempenho (ou seja, uma venda) prometida ao cliente. Essa obrigação é satisfeita pela Instituição à medida que um novo audiolivro é disponibilizado ao cliente (a cada mês), podendo o mesmo, caso seja de interesse do cliente, substituir o audiolivro recomendado sendo que este, caso não goste da recomendação, pode efetuar a troca entre centenas de opções disponíveis, no conceito de clube do livro, tendo total controle sobre esta ação pois detém os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo a partir do aceite do contrato.

Reconhecimento de adiantamentos recebidos de clientes

A Instituição recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes, referente aos produtos pré-pago, pós-pago, clientes com carga programada e vale-pedágio, apresentados na rubrica “Adiantamentos de clientes”.

3.5. Tributos

Imposto de renda e contribuição social

A Instituição, em conformidade com a legislação vigente, é optante pelo regime de lucro real para o cálculo e recolhimento do IRPJ e CSLL, com base em sua lucratividade.

A Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda. apura seus resultados com base no lucro semestral, aplicando sobre ele as alíquotas vigentes para o cálculo dos impostos devidos. Para o IRPJ, aplica-se a alíquota de 25% (sendo 15% de alíquota-base e 10% de adicional).

Em relação à CSLL, até o final do primeiro trimestre de 2026, aplicava-se a alíquota de 9%. Contudo, em decorrência da publicação da Lei Complementar nº 224/2025, em 26 de dezembro de 2025, que alterou o art. 3º da Lei nº 7.689/1988, a alíquota incidente sobre Instituições de Pagamento foi majorada.

Nos termos da nova legislação, a apuração da CSLL passou a observar o seguinte escalonamento:

- 12%, aplicável de 1º de abril de 2026 a 31 de dezembro de 2027;
- 15%, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2028.

Os impostos diferidos (ativos e passivos) são constituídos sobre as diferenças temporárias, segundo a legislação tributária, bem como sobre ativos recuperáveis ou passivos devidos em momento posterior ao presente período. As alíquotas aplicáveis na constituição dos impostos diferidos são aquelas esperadas no momento de suas realizações.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Tributos--Continuação

Tributos indiretos (ISS, PIS, COFINS)

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços e vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Nas receitas sobre os serviços, hipótese em que a tributação do ISS incide sobre o preço do serviço.

Para as sociedades que utilizam a sistemática do lucro real, a Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 1,65%, aplicada sobre o total das receitas operacionais, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor.

A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS é calculada à alíquota de 7,60%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS.

O Imposto Sobre Serviços (ISS) é calculado pelas alíquotas entre 2% a 5%, de acordo com o município.

Os audiolivros e ebooks atualmente são imunes a impostos.

Mudança na Legislação

A Reforma Tributária sobre o Consumo foi instituída pela Emenda Constitucional nº 45/2019 e posteriormente regulamentada pela Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026. A legislação tributária vigente prevê a extinção do PIS e da Cofins e a efetiva cobrança da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) a partir do ano de 2027. No ano-calendário de 2026 iniciam-se os testes de implementação dos novos tributos, dispensando-se seu recolhimento desde que devidamente destacados na nota fiscal (0,9% para CBS e 0,1% para IBS). A transição do ISS e do ICMS ocorrerá de forma gradual até 2033.

A Administração vem acompanhando a regulamentação infraconstitucional e iniciou estudos para avaliar os potenciais impactos operacionais, fiscais e financeiros decorrentes da Reforma Tributária sobre o Consumo, incluindo eventuais efeitos sobre carga tributária, sistemas, precificação de serviços e conformidade fiscal. Até a data de encerramento destas demonstrações financeiras, não é possível mensurar de forma confiável os impactos quantitativos da referida reforma sobre as operações da Instituição.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Tributos--Continuação

Mudança na Legislação--Continuação

Por fim, em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, que majorou da alíquota da CSLL aplicável às Instituições de Pagamento, com efeitos a partir de 1º de abril de 2026, conforme descrito nesta nota. Nesse sentido, a Sem Parar reavaliou sua base de tributos diferidos, considerando a provável data de realização de cada operação componente do universo de diferenças temporárias. Como resultado desta análise, que passou a considerar a alíquota de CSLL que será aplicável quando da realização de cada parcela das diferenças temporárias, os saldos de tributos diferidos nas demonstrações financeiras foram remensurados, com o intuito de melhor representar a posição patrimonial da Instituição.

3.6. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, com base no modelo de negócios da entidade para a gestão desses ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Instituição para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Instituição tenha aplicado o expediente prático, a Instituição inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixas que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e juros” sobre o principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Instituição para administrar ativos financeiros se refere à como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Instituição se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- (ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- (iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- (iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando existentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- (ii) A Instituição transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e a Instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Instituição nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Instituição avalia a redução ao valor recuperável de seus ativos financeiros conforme o modelo proposto pelo CPC 48 de perda esperada de crédito. A mensuração se aplica aos ativos classificados como custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes e se baseia na percepção de aumento de risco de crédito desde o reconhecimento inicial do ativo, na qual a provisão é feita conforme a perda esperada para os próximos 12 meses ou perdas esperadas para a vida inteira do ativo. Para a carteira de recebíveis, por não possuírem um componente significativo de financiamento, a Instituição aplica a abordagem simplificada permitida como expediente prático pelo CPC 48, em que as perdas esperadas são reconhecidas pela vida inteira, a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Maiores detalhes da mensuração das perdas esperadas de crédito são apresentados na nota explicativa nº 6.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- (i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- (ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação, quando existentes, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Quando existentes, os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos com partes relacionadas)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos com partes relacionadas sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. Quando existente, a diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.7. Investimento em controlada e controlada em conjunto

O investimento da Instituição é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial.

O investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Instituição no patrimônio líquido das controladas a partir da data de aquisição. O ágio relativo às controladas é incluído no valor contábil dos investimentos, não sendo, no entanto, amortizado.

A demonstração do resultado reflete a participação da Instituição nos resultados operacionais das controladas. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Instituição. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio das controladas, a Instituição reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações da Instituição são eliminados em proporção à participação nas controladas. A soma da participação da Instituição nos resultados de uma controlada é apresentada na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores na controlada.

As demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Instituição. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Instituição.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Instituição determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Instituição em sua controlada. A Instituição determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Instituição calcula o montante da perda como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do semestre.

Ao perder influência significativa sobre a controlada, mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

As práticas contábeis adotadas para controladas em conjunto (joint venture) são as mesmas praticadas para as controladas, exceto que não são consolidadas, sendo seu resultado reconhecido na controladora pelo método de equivalência patrimonial de forma proporcional à participação societária da Instituição.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Instituição e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Instituição irá obter as propriedades ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

- Instalações, máquinas e equipamentos, móveis, utensílios e projetos de inovação tecnológica - 10 a 20 anos;
- Antenas de estacionamentos, equipamentos de informática e veículos - 10 a 20 anos;
- Benfeitorias em propriedades de terceiros - 3 a 10 anos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Imobilizado--Continuação

Arrendamento - ativos de direito de uso

A Instituição reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente é subtraída qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável. O passivo do arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento.

3.9. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no período em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

As vidas úteis estimadas para o período corrente são as seguintes para amortização pelo método linear:

- Carteira de clientes, sistemas e programas de informática, vale-pedágio e estacionamento – 2 a 10 anos;
- Software, projetos de expansão e *signing bonus* - 5 anos;

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.9. Ativos intangíveis--Continuação

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Anualmente a Instituição realiza a análise técnica sobre a necessidade de *impairment* dos ativos adotando a metodologia de avaliação econômico-financeira, com base no método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD) para avaliar se a Unidade Geradora de Caixa (UGC) gera valor recuperável superior ao valor dos registros dos ativos. Em 31 de dezembro de 2025, a Instituição avaliou a recuperação dos ativos e não identificou a necessidade de registro de provisão para *impairment* sobre tais ativos.

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O valor recuperável do ágio é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera irão se

beneficiar das sinergias da combinação.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura--Continuação

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente, usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida.

Em 31 de dezembro de 2025, a Instituição avaliou a recuperação dos ativos e não identificou a necessidade de provisão para valor recuperável do ágio (*impairment*).

3.10. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Instituição possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Instituição espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.11. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Instituição possui uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras da Instituição requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes na

data das demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Julgamentos--Continuação

A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajuste significativo em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O processo de cálculo ocorre mensalmente, para fins de contabilização das provisões, avaliando todas as disposições e níveis mínimos de provisão para perdas incorridas e perdas esperadas contidos nas referidas resoluções e acrescido de níveis de provisionamento interno, a fim de garantir compatibilidade com o risco incorrido.

Provisão para demandas judiciais

A Instituição reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Instituição está sujeita no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações sobre os processos judiciais ou procedimentos administrativos, a Instituição e suas controladas podem ser adversamente afetadas, independente do respectivo resultado.

Conforme exposto, não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Instituição, nem que estas autuações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco, o resultado tanto dos eventuais processos administrativos quanto dos judiciais.

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Tributos

Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada.

A Instituição constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Instituição.

Ativos e passivos fiscais diferidos

Incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado. Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que a Instituição terá lucro tributável futuro suficiente contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que a Instituição terá lucro tributável futuro suficiente para que possa ser utilizado. Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas. A expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais da Instituição está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

Impairment

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados anualmente, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a Instituição deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Benefícios a empregados

São concedidos a empregados e administradores e incluem remunerações como participação nos lucros e bônus.

3.13. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada por meio do método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.14. Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, determinou a divulgação de maneira segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 30 de junho de 2026, não foram registrados resultados não recorrentes.

4. Disponibilidade

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Caixa	19	19
Banco conta movimento	162.975	341.079
Aplicações financeiras (*)	2.469.009	1.753.066
Total	<u>2.632.003</u>	<u>2.094.164</u>

(*) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs e aplicações compromissadas que são remunerados a taxas que se aproximam da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI entre 96% e 101% em 30 de junho de 2026 (entre 97% e 101% em 31 de dezembro de 2025) e para as quais não existem penalidades nem outra restrição para seu resgate imediato, além do direito de exigir a recompra a qualquer momento. O prazo médio das aplicações financeiras é de 90 dias.

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Títulos do tesouro direto (*)	171.366	163.187
Total	<u>171.366</u>	<u>163.187</u>

(*) O valor refere-se à aplicação em títulos públicos (tesouro direto) que não se enquadram como equivalentes de caixa. A taxa de remuneração é de 100% da Selic para os títulos públicos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Os títulos e valores mobiliários incluem montantes mantidos como caixa restrito, em atendimento ao art. 22 da Resolução BCB nº 80, os quais não estão disponíveis para livre movimentação.

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



6. Contas a receber de clientes

	30/06/2026	31/12/2025
Contas a receber	1.038.294	962.769
Serviços a faturar (*)	1.212.446	1.134.721
Total	2.250.740	2.097.490

(*) Valores de serviços ou produtos utilizados pelos clientes ainda não faturados.

A composição da carteira por vencimento é a seguinte:

	30/06/2026	31/12/2025
A vencer	2.097.891	1.886.580
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	51.684	122.651
De 31 a 60 dias	17.525	11.019
De 61 a 90 dias	14.380	6.873
Mais de 91 dias	69.260	70.367
Total	2.250.740	2.097.490

7. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a) Classificação do contas a receber de clientes por níveis de risco

Nível de Risco	30/06/2026		31/12/2025	
	Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
0 - 14 DIAS	2.129.159	(12.532)	1.986.924	(9.924)
15 - 29 DIAS	20.416	(8.445)	22.307	(10.770)
30 - 59 DIAS	17.525	(9.571)	11.019	(6.040)
60 - 89 DIAS	14.380	(9.192)	6.873	(6.187)
90 - 119 DIAS	11.741	(8.698)	7.516	(6.012)
120 - 149 DIAS	9.288	(7.059)	8.745	(6.544)
150 - 179 DIAS	7.662	(6.283)	7.249	(7.324)
180 - 209 DIAS	8.503	(7.423)	7.424	(6.672)
210 - 239 DIAS	6.759	(6.021)	7.397	(6.039)
240 - 269 DIAS	6.718	(6.247)	7.377	(7.574)
270 - 299 DIAS	6.370	(6.058)	8.146	(7.113)
300 - 329 DIAS	7.300	(7.299)	8.585	(7.306)
330 - 359 DIAS	4.919	(7.867)	7.928	(7.983)
Total	2.250.740	(102.695)	2.097.490	(95.488)

b) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	(95.488)	(70.840)
Adições, líquidas	(53.775)	(1.175.616)
Reversão	46.568	1.150.968
Saldo final	(102.695)	(95.488)
 Provisão constituída no semestre	 (7.207)	 (24.648)

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



7. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito--Continuação

b) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito--Continuação

Em 30 de junho de 2026, o saldo da provisão era o montante de (R\$102.695) (em 31 de dezembro de 2025 (R\$95.488)). Em fevereiro de 2025 a Instituição teve sua aprovação junto ao Banco Central do Brasil para iniciar suas operações como Instituição Financeira. A partir disso, passou-se a aplicar os critérios de mensuração e constituição de provisão conforme a Resolução nº 4.966, refletindo no aumento da PDD e as baixas para write off. A provisão para perda esperadas associadas ao risco de crédito estão constituídas na quantidade considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos. Adicionalmente no primeiro semestre 2026 a Instituição registrou baixas de créditos considerados irrecuperáveis e que não transitaram pela movimentação da provisão demonstrada acima, no montante de (R\$2.650).

8. Impostos a recuperar

	30/06/2026	31/12/2025
IRPJ/CSLL	80.257	54.444
Pis e Cofins a recuperar	15.415	21.881
IRRF s/ aplicações financeiras	22.437	36.020
INSS a recuperar	12.238	12.727
Outros (*)	2.528	2.722
Total	132.875	127.794

(*) Os saldos de impostos correntes e diferidos refletem os impactos da Lei Complementar nº 224/2025, que instituiu o aumento progressivo da alíquota da CSLL (12% até 31/12/2027 e 15% a partir de 01/01/2028). Em observância à anterioridade nonagesimal, a apuração do imposto corrente no 1º trimestre considerou a carga nominal de 34%, passando a 37% a partir do 2º trimestre (sendo o acréscimo de 3% sobre o LAIR reconhecido no resultado do período). Adicionalmente, em atendimento ao CPC 32, a Companhia remensurou o imposto diferido, incluindo as diferenças temporárias sobre goodwill e amortizações, reconhecendo-as à alíquota de 40% (25% de IRPJ + 15% de CSLL) para as parcelas cuja expectativa de realização/reversão ocorrerá a partir de 2028, compatibilizando a mensuração do diferido com a norma de apuração futura.

9. Impostos a recolher

	30/06/2026	31/12/2025
Pis a recolher	1.428	1.653
Cofins a recolher	6.593	7.631
Provisão para imposto de renda	125.810	80.327
Provisão para contribuição social	64.713	30.878
Outros	15.018	40.215
Total de impostos a recolher	213.562	160.704

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**9. Impostos a recolher--Continuação****a) Impostos diferidos**

	30/06/2026	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030
O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:							
<u>Imposto de renda e contribuição social - ativos:</u>							
Amortização intangível	-	-	-	-	-	-	(15.849)
Depreciação	-	-	-	-	-	-	1.854
Provisão para perda de créditos esperada	19.929	41.489	44.683	48.421	52.806	57.925	(14.162)
Goodwill – DBTrans	-	-	-	-	-	-	(610)
Outras provisões – fornecedores	19.244	6.778	6.778	6.778	6.778	6.778	6.778
Arrendamentos – BCB 391/24 e CPC 06 (R2)	4.022	3.773	4.946	6.120	7.294	8.467	(749)
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	5.055	3.876	2.690	2.466	2.428	2.424	-
Provisões stickers	10.190	6.064	5.859	5.703	5.585	5.496	(7.173)
Provisões cashback	260	481	492	503	514	524	(241)
Provisão para contingência estratégica	-	-	-	-	-	-	(10.034)
Outros	19.739	-	-	-	-	-	-
Total imposto de renda e contribuição social - ativo:	78.439	62.461	65.448	69.991	75.405	81.614	(40.186)
<u>Imposto de renda e contribuição social - passivo:</u>							
Goodwill - STP/Sem Parar - Amortização pós incorporação	(719.857)	(574.757)	(574.804)	(574.804)	(574.804)	(574.804)	553.563
Total imposto de renda e contribuição social - diferidos líquidos	(641.418)	(512.296)	(509.356)	(504.813)	(499.399)	(493.190)	513.377

	31/12/2025	2026	2027	2028	2029	2030	Após 2030
O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:							
<u>Imposto de renda e contribuição social - ativos:</u>							
Amortização intangível	-	-	-	-	-	-	(15.849)
Depreciação	-	-	-	-	-	-	1.854
Provisão para perda de créditos esperada	14.082	41.489	44.683	48.421	52.806	57.925	(14.162)
Goodwill – DBTrans	-	-	-	-	-	-	(610)
Outras provisões – fornecedores	10.269	6.778	6.778	6.778	6.778	6.778	6.778
Arrendamentos – BCB 391/24 e CPC 06 (R2)	3.688	3.773	4.946	6.120	7.294	8.467	(749)
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	3.671	3.876	2.690	2.466	2.428	2.424	-
Provisões stickers	7.900	6.064	5.859	5.703	5.585	5.496	(7.173)
Provisões cashback	293	481	492	503	514	524	(241)
Provisão para contingência estratégica	109	-	-	-	-	-	(10.034)
Outros	16.681	-	-	-	-	-	-
Total imposto de renda e contribuição social - ativo:	56.693	62.461	65.448	69.991	75.405	81.614	(40.186)
<u>Imposto de renda e contribuição social - passivo:</u>							
Goodwill - STP/Sem Parar - Amortização pós incorporação	(678.706)	(574.757)	(574.804)	(574.804)	(574.804)	(574.804)	553.563
Total imposto de renda e contribuição social - diferidos líquidos	(622.013)	(512.296)	(509.356)	(504.813)	(499.399)	(493.190)	513.377

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



9. Impostos a recolher--Continuação

a) Impostos diferidos--Continuação

Movimentação no semestre:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo anterior - impostos diferidos	(622.013)	(454.571)
Goodwill - STP/Sem Parar - amortização fiscal	(41.150)	(162.196)
Adições temporárias no semestre	21.411	(6.452)
Contratos de Arrendamento Mercantil – BCB 391/24 e CPC 06 (R2)	334	1.206
Saldo atual - impostos diferidos	(641.418)	(622.013)

Ativo não circulante
Passivo não circulante

78.439
(719.857)

56.693
(678.706)

b) Conciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/2026	31/12/2025
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.149.253	1.757.474
Alíquota	37%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquota fiscal combinada	(425.224)	(597.541)
Incentivos fiscais - PAT, L. Rouanet e outros	6.200	6.807
Lei do Bem - Inovação Tecnologia - Lei 11.196/05	6.800	37.295
MEP - Método de Equivalência Patrimonial	14.974	12.342
Despesas indedutíveis (principalmente recebíveis SCD)	(484)	(358)
Juros sobre Capital Próprio (JCP)	-	106.930
Indébito tributário - Selic	-	1.808
Ajustes períodos anteriores	-	(94.100)
Outros	17.973	(11.900)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(379.761)	(538.717)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(360.357)	(371.274)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(19.404)	(167.443)
Alíquota efetiva	33%	31%

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



10. Participação em controladas e coligadas

	30/06/2026	31/12/2025
Participações em controladas e coligadas	2.688.566	2.053.702
Total	2.688.566	2.053.702

A movimentação dos saldos de investimentos em 30 de junho de 2026 está demonstrada a seguir:

Investida	% participação societária 31/12/2025	% participação societária 30/06/2026	Saldo 31/12/2025	em Equivalência Patrimonial	Aportes	Amortização das alocações	Saldo em 30/06/2026
Auto Expresso	99,99%	99,99%	2.257	(26)	-	-	2.231
Travelliance	100%	100%	18.393	534	-	-	18.927
Mazi Holding Ltda (*)	48%	48%	195.431	(3.274)	-	-	192.157
Sem Parar Corretora	100%	100%	14.621	4.801	-	-	19.422
Sem Parar SCD	99,99%	99,99%	490.302	4.396	600.000	-	1.094.698
Zapay	86,23%	86,23%	1.332.698	35.991	-	(7.558)	1.361.131
Total			2.053.702	42.422	600.000	(7.558)	2.688.566

(*) A equivalência da Mazi Holding é calculada com base no % de participação no resultado operacional da empresa no período (joint venture).

Os saldos contábeis das controladas em 30 de junho de 2026 são como segue:

30 de junho de 2026

Controlada	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Auto Expresso	2.751	508	2.269	(26)
Travelliance	192.101	173.174	18.393	534
Mazi Holding Ltda	427.316	2	424.053	3.261
Sem Parar Corretora	26.204	6.781	14.622	4.801
Sem Parar SCD	1.120.455	25.755	1.090.304	4.396
Zapay	1.413.998	327.616	1.044.667	41.715
Total	3.182.825	533.836	2.594.308	54.681

A movimentação dos saldos de investimentos em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:

Investida	% participação societária 31/12/2025	% participação societária 31/12/2024	Saldo 31/12/2024	em Equivalência Patrimonial	Aportes	Amortização das alocações	Ajuste de adoção de resolução 4.966	Saldo em 31/12/2025
Auto Expresso	99,99%	99,99%	2.287	(30)	-	-	-	2.257
Travelliance	100%	100%	16.690	1.703	-	-	-	18.393
Mazi Holding Ltda (*)	48%	48%	197.626	(2.195)	-	-	-	195.431
Sem Parar Corretora	100%	100%	5.499	9.122	-	-	-	14.621
Sem Parar SCD	99,99%	99,99%	363.749	(23.702)	175.000	-	(24.745)	490.302
Zapay	86,23%	70%	335.563	51.404	960.829	(15.098)	-	1.332.698
Total			921.414	36.302	1.135.829	(15.098)	(24.745)	2.053.702

(*) A equivalência da Mazi Holding é calculada com base no % de participação no resultado operacional da empresa no período (joint venture).

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



10. Participação em controladas e coligadas—Continuação

Os saldos contábeis das controladas em 31 de dezembro de 2025 são como segue:

31 de dezembro de 2025

Controlada	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Auto Expresso	2.776	507	2.287	(18)
Travelliance	189.708	171.315	16.690	1.703
Mazi Holding Ltda	424.054	14.441	428.879	(19.266)
Sem Parar Corretora	18.631	4.010	5.499	9.122
Sem Parar SCD	635.584	145.282	507.881	(17.579)
Zapay	1.442.537	397.870	983.763	60.904
Total	2.713.290	733.425	1.944.999	34.866

A movimentação dos saldos de investimentos em 30 de junho de 2025 está demonstrada a seguir:

Investida	% participação societária 30/06/2025	% participação societária 31/12/2024	Saldo 31/12/2024	em Equivalência Patrimonial	Aportes	Amortização das alocações	Ajuste de adoção resolução 4.966	Saldo inicial 30/06/2025	em
Auto Expresso	99,99%	99,99%	2.287	(9)	-	-	-	2.278	
Travelliance	100%	100%	16.690	778	-	-	-	17.468	
Mazi Holding Ltda (*)	48%	48%	197.626	680	-	-	-	198.306	
Sem Parar Corretora	100%	100%	5.499	3.918	-	-	-	9.417	
Sem Parar SCD	99,99%	99,99%	363.749	15.337	-	-	(24.745)	354.341	
Zapay	86,3%	70%	335.563	17.369	960.829	(7.558)	-	1.306.203	
Total			921.414	38.073	960.829	(7.558)	(24.745)	1.888.013	

(*) A equivalência da Mazi Holding é calculada com base no % de participação no resultado operacional da empresa no período (joint venture).

Os saldos contábeis das controladas em 30 de junho de 2025 são como segue:

30 de junho de 2025

Controlada	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro líquido (prejuízo)
Auto Expresso	2.786	508	2.287	(9)
Travelliance	172.738	155.270	16.690	778
Mazi Holding Ltda	420.408	610	417.055	2.743
Sem Parar Corretora	10.998	1.581	5.499	3.918
Sem Parar SCD	395.093	40.750	332.883	21.460
Zapay	1.266.238	261.038	983.763	21.437
Total	2.268.261	459.757	1.758.177	50.327

11. Ágio

O valor histórico do ágio de aquisição é como segue:

	30/06/2026	31/12/2025
Ágio (Goodwill) (*)	2.071.566	2.071.566
Total	2.071.566	2.071.566

(*) Esse ágio foi apurado na aquisição da Sem Parar pela DBTrans (em 1º de setembro de 2017 foi realizada a incorporação reversa da DBTrans pela Sem Parar). O valor pago pela aquisição das quotas foi alocado entre os ativos adquiridos identificados e os passivos assumidos, valorizados a valor justo. O ágio é fundamentado por expectativa de rentabilidade futura e reconhecido como resultado da transação de aquisição monta R\$2.071.566.

A realização dos ágios é avaliada anualmente pela Instituição, por meio de teste de recuperabilidade (*impairment*), no mês de dezembro, ou sempre que houver indícios de perda do valor recuperável.

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



12. Imobilizado

Composição do imobilizado

Instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e antenas de estacionamento
Equipamentos de informática, projeto de inovação tecnológica e veículos
Benfeitorias em imóveis de terceiros
Projeto Via Fácil - Rio Grande do Sul
Imobilizado em andamento
Total

Período depreciação - anos	30/06/2026		
	deCusto Total	Depreciação acumulada	Líquido
De 10 até 20	328.906	(247.326)	81.580
De 10 até 20	100.542	(85.476)	15.066
De 3 até 10	8.656	(4.869)	3.787
5	495	(495)	-
-	1.081	-	1.081
	439.680	(338.166)	101.514

Movimento do Custo

Instalações, máquinas e equipamentos, móveis/utensílios. e antenas de estacionamento
Equipamentos de informática, projeto de inovação tecnológica e veículos
Benfeitorias em imóveis de terceiros
Projeto Via Fácil - Rio Grande do Sul
Imobilizado em andamento
Total

31/12/2025		30/06/2026		
Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transf.	Saldo Final
320.195	9.928	(2.295)	1.078	328.906
98.395	2.569	(422)		100.542
8.656	-	-		8.656
495	-	-		495
798	1.361	-	(1.078)	1.081
428.539	13.858	(2.717)	-	439.680

Movimentação da Depreciação

Instalações, máq. e equip., móveis e utens e antenas de estacionamento
Equipamentos de informática, projeto de inovação tecnológica e veículos
Benfeitorias em imóveis de terceiros
Projeto Via Fácil - Rio Grande do Sul
Total

31/12/2025		30/06/2026		
Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transf.	Saldo final
(233.084)	(16.129)	1.887	-	(247.326)
(79.806)	(6.062)	392	-	(85.476)
(4.425)	(444)	-	-	(4.869)
(495)	-	-	-	(495)
(317.810)	(22.635)	2.279	-	(338.166)
110.729	(8.777)	(438)	-	101.514

Líquido

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



12. Imobilizado--Continuação

Composição do imobilizado

Instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e antenas de estacionamento

Equipamentos de informática, projeto de inovação tecnológica e veículos

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Projeto Via Fácil - Rio Grande do Sul

Imobilizado em andamento

Total

Período depreciação - anos	31/12/2025		
	deCusto Total	Depreciação acumulada	Líquido
De 10 até 20	320.195	(233.084)	87.111
De 10 até 20	98.395	(79.806)	18.589
De 3 até 10	8.656	(4.425)	4.231
5	495	(495)	-
-	798	-	798
	428.539	(317.810)	110.729

Movimento do Custo

Instalações, máquinas e equipamentos, móveis/utensílios. e antenas de estacionamento

Equipamentos de informática, projeto de inovação tecnológica e veículos

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Projeto Via Fácil - Rio Grande do Sul

Imobilizado em andamento

Total

31/12/2024		31/12/2025		
Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transf (*)	Saldo Final
296.582	27.798	(4.420)	234	320.195
99.690	2.054	(3.349)	-	98.395
8.398	258	-	-	8.656
495	-	-	-	495
234	798	-	(234)	798
405.399	30.908	(7.769)	-	428.539

Movimentação da Depreciação

Instalações, máq. e equip., móveis e utens e antenas de estacionamento

Equipamentos de informática, projeto de inovação tecnológica e veículos

Benfeitorias em imóveis de terceiros

Projeto Via Fácil - Rio Grande do Sul

Total

31/12/2024		31/12/2025		
Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transf.	Saldo final
(206.668)	(29.470)	3.054	-	(233.084)
(76.484)	(7.475)	4.153	-	(79.806)
(3.551)	(874)	-	-	(4.425)
(495)	-	-	-	(495)
(287.198)	(37.819)	7.207	-	(317.810)
118.201	(6.911)	(562)	-	110.729

Líquido

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



13. Intangível

		30/06/2026		
	Período de amortização – anos	Custo total	Amortização acumulada	Líquido
<u>Composição do Intangível</u>				
Carteira de clientes	10	1.093.382	(1.075.159)	18.223
Marcas e patentes - resultante de combinação de negócios	Não definida	493.217	-	493.217
Sistema e programas de informática, vale-pedágio e estacionamento	2 até 10	755.119	(500.871)	254.248
Software	5	140.665	(138.320)	2.345
Intangível em andamento	-	10.570	-	10.570
Projetos de Expansão - Estapar	5	8.726	(8.357)	369
Non compete	2 até 5	126.349	(126.247)	102
Carteira de clientes - Rodosol (**)	2	1.000	(1.000)	-
Direito de uso de sede administrativa (***)		43.473	(31.469)	12.004
Total		2.672.501	(1.881.423)	791.078

	31/12/2025	30/06/2026			
	Saldo Inicial	Adições (*)	Baixas	Transf.	Saldo final
<u>Movimentação do Custo</u>					
Carteira de clientes	1.093.382	-	-	-	1.093.382
Marcas e patentes	493.216	-	-	-	493.217
Sistema e programas de informática, vale-pedágio e estacionamento	703.430	51.737	(48)	-	755.119
Software	140.665	-	-	-	140.665
Non compete	126.349	-	-	-	126.349
Intangível em andamento	5.570	5.000	-	-	10.570
Projetos de Expansão – Estapar	8.709	17	-	-	8.726
Carteira de clientes - Rodosol (**)	1.000	-	-	-	1.000
Direito de uso de sede administrativa (***)	43.473	-	-	-	43.473
Total	2.615.795	56.754	(48)	-	2.672.501

(*) Adições referentes a novos desenvolvimentos e melhorias de sistemas internos que se qualificam na definição de "Ativo intangível".

(**) O saldo refere-se à transferência de imobilizado para a Concessionária Rodosol como parte de pagamento da aquisição dos direitos de Carteira de Clientes da Concessionária. Deste modo, segundo o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, o imobilizado passa a ser um ativo intangível pois permanecerá em propriedade da Rodosol no término do contrato.

(***) Refere-se ao reconhecimento do direito de uso em contratos de arrendamento de acordo com BCB 391/24 e CPC 06 (R2), os quais têm como contrapartida as contas de obrigações por arrendamento no passivo. Tais contratos têm como vigência agosto de 2027, para equipamentos e junho de 2032, para instalações.

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



13. Intangível-- Continuação

Movimentação da Amortização

Carteira de clientes
Sistema e programas de informática, vale-pedágio e estacionamento
Non compete
Software
Projeto de Expansão - Estapar
Carteira de clientes - Rodosol
Direito de uso de sede administrativa (***)
Total

Líquido

31/12/2025	30/06/2026			
Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transf.	Saldo final
(1.020.490)	(54.669)	-	-	(1.075.159)
(456.564)	(44.319)	12	-	(500.871)
(126.172)	(75)	-	-	(126.247)
(131.287)	(7.033)	-	-	(138.320)
(8.269)	(88)	-	-	(8.357)
(1.000)	-	-	-	(1.000)
(30.375)	(1.094)	-	-	(31.469)
(1.774.157)	(107.278)	12	-	(1.881.423)
841.638	(50.524)	(36)	-	791.078

Composição do Intangível

Carteira de clientes
Marcas e patentes - resultante de combinação de negócios
Sistema e programas de informática, vale-pedágio e estacionamento
Software
Intangível em andamento
Projetos de Expansão - Estapar
Non compete
Carteira de clientes - Rodosol (**)
Direito de uso de sede administrativa (***)
Total

		31/12/2025	
Período de amortização – anos		Amortização acumulada	Líquido
10		1.093.382	(1.020.490)
Não definida		493.216	-
2 até 10		703.430	(456.564)
5		140.665	(131.287)
-		5.570	-
5		8.709	(8.269)
2 até 5		126.349	(126.172)
2		1.000	(1.000)
		43.473	(30.375)
		2.615.795	(1.774.157)
			841.638

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



13. Intangível-- Continuação

Movimentação do Custo

Carteira de clientes
Marcas e patentes
Sistema e programas de informática, vale-pedágio e estacionamento
Software
Non compete
Intangível em andamento
Projetos de Expansão – Estapar
Carteira de clientes - Rodosol (**)
Direito de uso de sede administrativa (***)
Total

31/12/2024	31/12/2025			
Saldo Inicial	Adições (*)	Baixas	Transf.	Saldo final
1.093.382	-	-	-	1.093.382
493.216	-	-	-	493.216
592.093	104.782	(12)	6.567	703.430
140.665	-	-	-	140.665
126.199	150	-	-	126.349
6.567	5.570	-	(6.567)	5.570
8.310	399	-	-	8.709
1.000	-	-	-	1.000
43.473	-	-	-	43.473
2.504.906	110.901	(12)	-	2.615.795

(*) Adições referentes a novos desenvolvimentos e melhorias de sistemas internos que se qualificam na definição de "Ativo intangível".

(**) O saldo refere-se à transferência de imobilizado para a Concessionária Rodosol como parte de pagamento da aquisição dos direitos de Carteira de Clientes da Concessionária. Deste modo, segundo o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, o imobilizado passa a ser um ativo intangível pois permanecerá em propriedade da Rodosol no término do contrato.

(***) Refere-se ao reconhecimento do direito de uso em contratos de arrendamento de acordo com BCB 391/24 e CPC 06 (R2), os quais têm como contrapartida as contas de obrigações por arrendamento no passivo. Tais contratos têm como vigência agosto de 2027, para equipamentos e junho de 2032, para instalações.

Movimentação da Amortização

Carteira de clientes
Sistema e programas de informática, vale-pedágio e estacionamento
Non compete
Software
Projeto de Expansão – Estapar
Carteira de clientes – Rodosol
Direito de uso de sede administrativa (***)
Total

31/12/2024	31/12/2025			
Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transf.	Saldo final
(911.152)	(109.338)	-	-	(1.020.490)
(377.030)	(79.534)	-	-	(456.564)
(126.072)	(100)	-	-	(126.172)
(117.221)	(14.066)	-	-	(131.287)
(8.200)	(69)	-	-	(8.269)
(1.000)	-	-	-	(1.000)
(28.100)	(2.275)	-	-	(30.375)
(1.568.775)	(205.382)	-	-	(1.774.157)
936.131	(94.481)	(12)	-	841.638

Líquido

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



14. Repasse a conveniados

A composição dos repasses a conveniados está demonstrada a seguir. Os repasses são substancialmente liquidados em 30 dias da data de transação:

	30/06/2026	31/12/2025
Concessionárias	1.802.960	1.595.953
Estacionamento	122.034	143.706
Obrigação com rede conveniada DBTrans	184.856	134.714
Abastece	140.630	161.186
Outros conveniados	4.173	4.325
Total	2.254.653	2.039.884

15. Adiantamento de clientes

A composição dos adiantamentos de clientes está demonstrada a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamento de clientes	211.711	215.942
Depósito caução - pré-pago	666	707
Outros	8.326	9.012
Total	220.703	225.661

16. Transações com partes relacionadas

	30/06/2026	31/12/2025
Ativo		
Zapay (i)	132.568	193.799
<i>Cost sharing (iii)</i>		
CTF Technologies	67	-
Gringo Amigo	34	-
Sem Parar SCD	9.017	-
TA Conexions Brasil	10	-
VB Serviços	108	-
Saldo de transações com partes relacionadas	141.804	193.799
Passivo		
Saldo Inicial	1.279.720	2.335.314
Juros de empréstimos com partes relacionadas (ii)	75.805	270.484
(-) Incorporação de Juros ao Capital Social	-	(1.365.831)
Operação de financiamento – SCD	(46.312)	39.753
<i>Cost sharing (iii)</i>		
CTF Technologies	1	-
Saldo de transações com partes relacionadas	1.309.214	1.279.720

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



16. Transações com partes relacionadas

- (i) O mútuo com controladas foi realizado em 26 de dezembro de 2024 entre Sem Parar e Zapay (Companhia investida), no montante de R\$134.702 e no decorrer de 2025 o montante de R\$45.000 (limite de R\$230.000). O valor constante em cada Pedido terá vencimento em 6 (seis) meses, a contar da data de assinatura de cada pedido, sendo que a ZAPAY se obriga a pagar à SEM PARAR o valor total de cada pedido, acrescido de juros remuneratórios correspondentes a: (i) 17% do CDI por ano em janeiro 2025; (ii) 83% do CDI por ano em fevereiro 2025; (iii) 96% do CDI por ano em março 2025; (iv) 99% do CDI por ano em abril 2025; (v) 103% do CDI por ano em maio 2025; e (vi) 103% do CDI por ano em junho 2025 na data dos seus respectivos vencimentos, conforme previsto em cada Pedido. Conforme aditivo realizado em 30 de dezembro de 2024, os prazos de vencimento serão realizados entre julho a dezembro de 2026.
- (ii) O mútuo com partes relacionadas foi realizado em 2016 entre Sem Parar e Fleetcor Lux (Acionista Sem Parar), no montante de R\$3.000.000, com juros de 11,5% ao ano (a.a.), para ser quitado inicialmente no prazo de 7 anos. Em agosto de 2023, as partes realizaram o aditamento do contrato de empréstimo com alteração do vencimento para 31 de agosto de 2026, sendo o pagamento a ser realizado em uma única parcela.
- (iii) Valores referentes a *cost sharing* (repasso de aluguel, folha de pagamento e capex).

16.1. Partes relacionadas - remuneração dos administradores

Em 30 de junho de 2026, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios (ordenados, salários, participação nos lucros e assistência médica), contabilizados na rubrica “Despesas administrativas e gerais”.

Em 30 de junho de 2026, a remuneração do pessoal
-chave totalizou R\$8.203 (em 31 de dezembro de 2025 R\$14.785).

17. Provisão para demandas judiciais

A Instituição é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, na experiência anterior do percentual de perda em relação às quantias reivindicadas, constituiu a provisão constante a seguir. A administração considera seu montante suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

	Saldo inicial 31/12/2025	Adições (Nota 22)	Pagamentos	Saldo final 30/06/2026
Cíveis	6.119	674	(37)	6.756
Trabalhistas	4.866	1.925	(18)	6.773
Estratégicas (*)	321	-	-	321
Total	11.306	2.599	(55)	13.850

Em 30 de junho de 2026 existem processos avaliados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos e pela administração, portanto, sem constituição de provisão. O valor estimado para as causas cíveis é de R\$111.800 (R\$109.849 em 31 de dezembro de 2025), sendo esse montante composto por diversos processos de valores individualmente não relevantes. Para as causas trabalhistas é de R\$1.348 (R\$713 em 31 de dezembro de 2025) e para as causas estratégicas é de R\$5.426 (R\$15.630 em 31 de dezembro de 2025).

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



17. Provisão para demandas judiciais--Continuação

(*) A Instituição considera como causas estratégicas processos de importância monetária relevante e/ou de assuntos sensíveis de naturezas diversas, como processos trabalhistas e cíveis, de polo passivo. A Instituição prefere manter a natureza estratégica após a análise de todos os processos e determinar se eles se classificam de acordo com as premissas supracitadas, constituindo provisão na medida em que os riscos de perda se tornem prováveis.

Em relação às perdas possíveis de natureza tributária, destacamos o auto de infração lavrado pelas autoridades fiscais federais de número 17459-720.043/2024-13, referente aos anos-calendário de 2019, 2020 e 2021, nos valores principais de R\$164.834 e R\$58.839, para IRPJ e CSLL, respectivamente. Os montantes contemplando os valores de principal, multa e juros, é de R\$520.039 para IRPJ e R\$187.214 para CSLL. No auto mencionado, a autoridade fiscal glosou despesas com amortização de ágio, decorrente da combinação de negócios que resultou na atual estrutura societária do Grupo Corpay no Brasil. A avaliação dos assessores jurídicos da Instituição, é que as chances de êxito sobre esse tema (sem que futuro desembolso de caixa seja necessário) sejam maiores que as chances de perda. Consequentemente, não foi constituída provisão correspondente para este auto de infração em específico.

18. Juros sobre capital próprio

Em março de 2025, foi aprovado o pagamento, pela Instituição, de juros sobre o capital próprio com base nas informações financeiras com data-base de março de 2025, referente ao exercício de 2024, no montante bruto de R\$38.170, que, após a dedução do Imposto de Renda Retido na Fonte, no valor de R\$5.726, resultou no valor líquido de R\$32.444. O valor será pago até 31 de março de 2027, da seguinte forma: (i) o montante bruto de R\$ 9.035 à sócia FLEETCOR LUXEMBOURG HOLDING 2 S.A.R.L., acima qualificada; e (ii) o montante bruto de R\$29.135 à sócia SEM PARAR HOLDING PARTICIPAÇÕES LTDA., acima qualificada.

Em 30 de setembro de 2025 foi aprovado o pagamento, pela Instituição, de juros sobre o capital próprio com base nas informações financeiras com data-base em dezembro, referente ao exercício de 2025, no montante bruto de R\$120.000 com dedução do Imposto de Renda Retido na Fonte, no valor de R\$18.000. Os juros sobre o capital próprio aprovados serão pagos até 31 de dezembro de 2026, da seguinte forma: R\$64.024 à sócia FLEETCOR LUXEMBOURG HOLDING 2 S.A.R.L., acima qualificada; R\$55.976 à sócia SEM PARAR HOLDING PARTICIPAÇÕES LTDA., acima qualificada; e R\$0,01 à sócia FLEETCOR LUXEMBOURG HOLDING 1 S.A.R.L., acima qualificada.

Em 31 de dezembro de 2025 foi aprovado o pagamento, pela Instituição, de juros sobre o capital próprio com base nas informações financeiras com data-base em dezembro, referente ao exercício de 2025, no montante bruto de R\$156.330 com dedução do Imposto de Renda Retido na Fonte, no valor de R\$23.450. Os juros sobre o capital próprio aprovados serão pagos até 31 de dezembro de 2026, da seguinte forma: R\$83.407 à sócia FLEETCOR LUXEMBOURG HOLDING 2 S.A.R.L., acima qualificada; R\$72.923 à sócia SEM PARAR HOLDING PARTICIPAÇÕES LTDA., acima qualificada; e R\$0,01 à sócia FLEETCOR LUXEMBOURG HOLDING 1 S.A.R.L., acima qualificada.

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



19. Patrimônio líquido

a) Efeitos da adoção inicial da Resolução BCB no.352/23

Em virtude da adoção da Resolução BCB nº 352/23, a Instituição refletiu os efeitos da adoção no exercício de 2025 de sua controlada Sem Parar Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A, através da equivalência patrimonial, diretamente em seu patrimônio líquido, reduzindo o montante de R\$24.745 referente a provisão de perdas prováveis de 2024.

b) Capital social

Em setembro de 2025 as sócias decidem aumentar o capital social em R\$1.490.000, de R\$2.016.348 para R\$3.506.348. O valor foi integralizado mediante a conversão dos seguintes créditos detidos pelos sócios: (i) juros sobre capital próprio no valor de R\$151.444, sendo R\$96.558 atribuídos à Sem Parar Holding Participações Ltda e R\$54.886 atribuídos à Fleetcor Luxembourg Holding 2 S.A.R.L; (ii) juros sobre mútuo no valor de R\$154.555 integralmente detido por Fleetcor Luxembourg Holding 2 S.A.R.L e (iii) principal do mútuo no valor de R\$1.184.001, integralmente detido por Fleetcor Luxembourg Holding 2 S.A.R.L. O capital será subscrito e integralizado mediante a emissão de 149.000.000.000 quotas com valor nominal de R\$0,01 (um centavo) cada.

Em dezembro de 2025 as sócias decidem aumentar o capital social em R\$1.184.904, de R\$3.506.348 para R\$4.691.252, mediante a incorporação de parte dos lucros e reservas constantes do balanço de 30 de novembro de 2025, sendo R\$552.722 atribuídos à Sem Parar Holding Participações Ltda. e R\$ 632.182 atribuídos à Fleetcor Luxembourg Holding 2 S.A.R.L. O capital foi subscrito e integralizado mediante a emissão de 118.490.364.783 quotas com valor de R\$0,01 (um centavo) cada. Segundo Resolução BCB 80 de 25 de março de 2021, em seu artigo 19º, parágrafo único, aumentos de capital advindos de Lucros Acumulados e/ou Reserva de Capital ou Lucros independem de autorização do Banco Central do Brasil e, por este motivo, o valor deliberado acima encontra-se integralizado na linha de Capital Social.

c) Reservas de capital

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a reserva de capital é de R\$93.511 sendo composta totalmente pelo plano de incentivo baseado em ações.

d) Reserva de lucros

Em 30 de junho de 2026, a reserva de lucros de R\$1.134.644 (R\$380.153 em 31 de dezembro de 2025).

e) Dividendos

Em 23 de janeiro de 2026, ocorreu a antecipação da distribuição e o pagamento de dividendos no montante de R\$ 15.000 para a Sem Parar Holding, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. No exercício anterior, não houve declaração ou pagamento de dividendos.

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



20. Receita/(Despesa) de intermediação financeira

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de intermediação financeiras:		
Rendimentos das aplicações financeiras	142.645	76.040
Juros sobre atraso de contas a receber	58.149	48.879
Variação monetária ativa	3.467	5.831
Variação cambial ativa	193	591
Descontos obtidos	425	127
Total das receitas	204.879	131.468
Despesas de intermediação financeiras:		
Juros de empréstimos com partes relacionadas (Nota 16)	(75.805)	(155.241)
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	-	(6.086)
Descontos concedidos	(4.243)	(6.851)
Variação cambial passiva	(292)	(40.337)
Despesa de AVP - Arrendamento	(1.835)	(1.994)
Tarifas bancárias	(783)	(685)
Despesas com Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(157)	(419)
Juros e multas	-	(2)
Total das despesas	(83.115)	(211.615)
Total líquido	121.764	(80.147)

As receitas decorrentes de aplicação financeira de compromissadas em certificados de depósito bancário são apresentadas nas demonstrações financeiras com rendimentos médios anuais entre 96% e 101% do Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI").

21. Receita líquida de serviços prestados e materiais vendidos

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de serviços (i)	998.482	898.238
Receita de venda de mercadorias (ii)	517.993	482.829
Impostos incidentes sobre a receita	(58.055)	(66.106)
Descontos e abatimentos	(46.689)	(28.088)
Receita líquida	1.411.731	1.286.873

- (i) Receita proveniente de cobrança de taxa de repasse, taxa administrativa, mensalidade, troca de Tag, parcerias veiculares, microseguros etc.;
- (ii) Receita proveniente de venda de Tags e livros digitais.

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



22. Resultado por natureza

	30/06/2026	30/06/2025
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(9.857)	(58.693)
Pessoal	(162.820)	(148.706)
Amortização (Nota 13)	(106.184)	(99.654)
Insumos para prestação serviços (*)	(97.557)	(85.282)
Serviços de informática	(49.741)	(52.824)
Custo de cobrança	(9.361)	(27.695)
Anúncio, propaganda e publicidade	(23.030)	(15.368)
Depreciação (Nota 12)	(22.635)	(20.498)
Material <i>sticker</i> e correio	(14.875)	(14.562)
Tarifa do cartão de crédito	(6.369)	(14.206)
Frete, carretos e transportes	(2.836)	(5.257)
Custos prediais	(5.186)	(5.177)
Honorários advocatícios	(16.644)	(17.629)
Comissões de vendas	(14.547)	(12.695)
Depreciação de arrendamentos - direito de uso (Nota 13)	(1.094)	(1.167)
Custo de manutenção e instalações	(3.997)	(3.228)
Telefone e internet	(830)	(1.139)
Provisão para demandas judiciais (Nota 17)	(2.599)	(305)
Baixa de bens do ativo imobilizado e intangível (Notas 12 e 13)	(474)	(144)
Outros	(39.095)	(39.399)
	(589.731)	(623.628)
Classificadas como:		
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(9.857)	(58.693)
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(257.573)	(229.954)
Despesas comerciais	(167.070)	(141.571)
Despesas administrativas e gerais	(155.231)	(193.410)
	(589.731)	(623.628)

(*) Gastos com serviços de *call center*, técnicos de informática pessoas jurídicas e serviços de recursos humanos.

23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	30/06/2026	30/06/2025
Breakage (i)	166.190	145.247
Outras despesas	(3.124)	(11.572)
Total	163.066	133.675

(i) Receita proveniente do vale-pedágio que não foram utilizados pelos usuários dentro do prazo estabelecido em contrato.

24. Cobertura de seguros

A Instituição adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 30 de junho de 2026, o limite máximo de importância segurada das principais coberturas de seguro são:

Responsabilidades	R\$
Responsabilidade Civil e D&O	7.246

O escopo dos auditores não inclui a avaliação sobre a cobertura de seguros.

25. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

Informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., contratada para auditoria das demonstrações financeiras da Instituição, não prestou, no semestre, outros serviços que não sejam de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, nos quais o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais no cliente ou promover os seus interesses.

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A atividade da Instituição está exposta a riscos financeiros: riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos a pagar e aplicações financeiras.

A Instituição possui empréstimos com partes relacionadas (Nota 16), porém não está atrelado a risco de exposição cambial, por se tratar de obrigações entre quotista, conforme contrato.

Risco de liquidez

É o risco de a Instituição encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Instituição na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Instituição e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Instituição é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação.

O cumprimento das normas da Instituição é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a Administração da unidade de negócios relacionada.

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido à variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Instituição aos riscos de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se às aplicações financeiras, sujeitos a taxas de juros variáveis e empréstimos com partes relacionadas, sujeitos a taxa de juros fixos de 11,5% a.a.

Gerenciamento de capital

A Instituição possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela. A Instituição mantém patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN.

Sensibilidade à taxa de juros

Os instrumentos financeiros ativos da Instituição são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais, em 30 de junho de 2026, se aproximaram dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Instituição estão ligados à variação do CDI para as aplicações financeiras. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando por meio das curvas de mercado obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Dessa maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Instituição considerou uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco.

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Instituição e o efeito das operações em aberto em 31 de junho de 2026:

Índice	Risco	%	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto Base	
				Estresse 25%	Estresse 50%	
Ativo - CDI	Acréscimo do índice	14,78	364.920	273.690	182.460	2.469.009
Ativo - CDI	Acréscimo do índice	14,78	25.328	18.996	12.664	171.366

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Instituição caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Instituição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Instituição estabeleceu política de crédito sob a qual todo novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições-padrão de pagamento.

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

Risco de crédito--Continuação

A Instituição estabelece uma provisão para perda esperada que representa sua estimativa de perdas prováveis com relação à operações de crédito (Notas 6 e 7).

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gestão financeira da Instituição de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A Instituição e sua controlada têm como política a aplicação de recursos em bancos de primeira linha e, em aplicações com baixo nível de exposição e alto nível de liquidez. Praticamente, todo o excesso de caixa é aplicado em certificados de depósito bancário e operações compromissadas emitidas por estas instituições. A Instituição evita aplicações em fundos de investimentos em que há risco de ativo desconhecidos.

27. Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Instituição é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do quotista. A Instituição administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Instituição pode ajustar o pagamento de dividendos aos quotistas ou devolver o capital a eles. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o semestre findo em 30 de junho de 2026.

A Instituição inclui na dívida líquida os empréstimos e arrendamentos, menos caixa e equivalentes de caixa. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Sem Parar apresentava posição de caixa líquido, resultando em dívida líquida negativa. O capital total corresponde ao patrimônio líquido acrescido da dívida líquida, conforme apresentado a seguir:

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Empréstimos	1.309.214	1.279.720
Arrendamentos	21.845	22.914
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.632.003)	(2.094.164)
(=) Dívida líquida (posição de caixa líquido)	(1.300.944)	(791.530)
Patrimônio líquido	5.919.407	5.164.915
Capital total	4.618.463	4.373.385

Sem Parar Instituição de Pagamento Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)



28. Plano de incentivo baseado em ações

Alguns profissionais da Instituição no Brasil fazem parte de um plano de incentivo baseado em ações concedido pela Controladora do Grupo (Corpay Inc.), o qual é contabilizado como um instrumento patrimonial no Brasil, uma vez que a Instituição não tem obrigação de liquidar as obrigações com suas próprias ações (as liquidações são feitas no nível da Controladora do Grupo).

A tabela abaixo resume o valor das outorgas reconhecidas como uma Reserva de Capital no Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2026:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo anterior	93.511	65.925
Outorgadas	-	27.586
Total	93.511	93.511

O saldo acumulado no patrimônio líquido apresentado em reserva de capital na rubrica de “Plano de Incentivo Baseado em Ações” no semestre findo em 30 de junho de 2026 é de R\$93.511. Este efeito não teve impacto no caixa da Instituição.

Referido plano fora criado originalmente em 2016 e os efeitos das outorgas de anos anteriores, que não eram considerados materiais, foram registrados de forma cumulativa à Reserva de Capital (via reclassificação da reserva de lucros) em 31 de dezembro de 2020, sem reapresentação dos saldos correspondentes pelos efeitos não serem considerados relevantes.

29. Limite operacional

As instituições de pagamento e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, nível de capital compatível com os riscos inerentes às suas atividades, em conformidade com a regulamentação aplicável.

A Sem Parar Instituição de Pagamentos Ltda. está enquadrada no segmento S5, optante pelo regime prudencial simplificado, e adota a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) definido na Resolução CMN nº 4.606/17.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2026, o Patrimônio de Referência da Instituição manteve-se em patamar suficiente para o atendimento integral dos requisitos de capital previstos na regulamentação vigente, refletindo, adicionalmente, o cumprimento dos limites operacionais aplicáveis à Instituição.

Ao longo do semestre, não foram identificadas situações de descumprimento dos requisitos prudenciais ou dos limites operacionais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

30. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes relevantes no contexto das informações contábeis que necessitassem de algum ajuste ou divulgação, desde a data base até a data de autorização para a divulgação e emissão destas demonstrações financeiras.